RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quarta-Feira, 25 de Novembro de 2026

ALMT realiza audiência pública sobre transparência e aplicação de recursos na saúde de Mato Grosso

Comissão debate gastos da Secretaria de Saúde e cobra maior detalhamento na prestação de contas dos serviços

A Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou audiência pública nesta terça-feira (24) para analisar a execução orçamentária e financeira da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT). O encontro focou em questões cruciais sobre transparência nos gastos e qualidade da prestação de serviços à população mato-grossense.



Durante a sessão, coordenada pelo deputado estadual Lúdio Cabral (PT), foram apresentados os balancetes referentes aos dois primeiros quadrimestres de 2026. Os dados revelaram que, do orçamento atualizado de aproximadamente R$ 6 bilhões, R$ 3,5 bilhões foram liquidados e R$ 3,4 bilhões efetivamente pagos até agosto. A apresentação foi feita por Glória Maria da Silva Melo, gestora governamental e chefe em exercício do Núcleo de Gestão Estratégica para Resultados da SES-MT.

Os números indicam crescimento expressivo na prestação de serviços: 27,17% na atenção especializada, 31,43% na assistência farmacêutica e mais de 15% nas ações de vigilância em saúde, comparados ao período equivalente de 2025. Contudo, esses avanços quantitativos não satisfizeram completamente os parlamentares, que levantaram questionamentos sobre a destinação real dos recursos.

O deputado Lúdio Cabral apontou inconsistências significativas entre os valores informados pela SES-MT e os registrados nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde. Enquanto a Secretaria relata R$ 1,327 bilhão aplicado em assistência ambulatorial e hospitalar especializada até agosto, os sistemas federais registram apenas R$ 99 milhões em produção assistencial identificada. O parlamentar exigiu maior especificação sobre a alocação de recursos entre a rede própria, serviços contratados e conveniados.



"Quanto é para o Hospital Central, quanto é para cada um dos hospitais regionais, quanto é para serviço próprio do Estado, quanto é para a empresa contratada? Nós precisamos saber desse detalhamento", enfatizou Lúdio durante a audiência, referindo-se também à necessidade de informações sobre processos licitatórios, contratações emergenciais e pagamentos indenizatórios.

Outro aspecto crítico levantado foi o percentual de aplicação das receitas em ações e serviços públicos de saúde, que alcançou 11,45% até agosto de 2026, inferior aos 15% registrados no mesmo período do ano anterior. Embora a Constituição estabeleça um mínimo de 12% a ser apurado anualmente, Lúdio defendeu a necessidade de investimentos regulares durante todo o exercício, considerando a demanda contínua da população por medicamentos, cirurgias, exames e internações.

O parlamentar também questionou a retenção de aproximadamente R$ 270 milhões em recursos federais destinados ao custeio nas contas do Fundo Estadual de Saúde, enquanto cidadãos enfrentam dificuldades para acessar procedimentos essenciais.

Em resposta, Glória Maria da Silva Melo explicou que os valores registrados nos sistemas de produção assistencial estão vinculados às tabelas de financiamento federal e não incluem integralmente os recursos próprios aplicados pelo Estado. A gestora reconheceu limitações nas ferramentas utilizadas para elaboração dos relatórios e se comprometeu a apresentar informações complementares em próxima audiência, organizando dados que permitam análise mais profunda da saúde estadual.

A secretária adjunta de Orçamento e Finanças da SES-MT, Ivone Lúcia Rosset Rodrigues, detalhou que até agosto o percentual de despesas empenhadas com recursos constitucionais atingiu 14,19%, enquanto as liquidadas representaram 11,45% e as pagas 11,32%. Reafirmou que a execução de recursos federais deve observar as propostas pactuadas e critérios específicos de prestação de contas.

O deputado Paulo Araújo (Republicanos), participando remotamente, levantou questões sobre os custos de manutenção das novas unidades hospitalares. Segundo Ivone, o Hospital Central opera com custo mensal aproximado de R$ 34 milhões, enquanto os novos hospitais apresentam estimativas entre R$ 18 milhões e R$ 21 milhões mensais, variando conforme especialidades ofertadas.

O primeiro-secretário da ALMT, Dr. João (MDB), também compareceu manifestando preocupação com a qualidade dos serviços nos hospitais regionais, especialmente diante das reclamações recebidas da população do interior. Ressaltou os avanços de Mato Grosso em transplantes de córneas e propôs expansão do programa de transplantes renais, reconhecendo a capacidade técnica dos nefrologistas locais e oferecendo apoio para ampliar esses atendimentos.

Próximos encaminhamentos – Ao encerrar a sessão, estabeleceu-se que a SES-MT apresentará documentação complementar na próxima prestação de contas quadrimestral, incluindo tabelas detalhadas sobre distribuição de recursos entre redes própria, contratada e conveniada; despesas individualizadas por unidade hospitalar; e valores destinados a contratações privadas, discriminados por modalidade de licitação, contratação emergencial e pagamento indenizatório.

A próxima audiência pública, que abordará o terceiro quadrimestre de 2026, está marcada para até o final de fevereiro de 2027, continuando o ciclo de fiscalização e transparência orçamentária na saúde pública estadual.